

UMA SITUAÇÃO "INJUSTA" E "ILEGAL" NOS AÇORES

# 500 técnicos trabalham no governo e ganham por Instituições Solidárias

O executivo açoriano tem ao seu serviço 500 técnicos, 300 dos quais em São Miguel, contratados por Instituições Particulares de Solidariedade Social a trabalhar em programas governamentais ao lado de técnicos superiores com estatuto de funcionário público que, nos primeiros três anos, ganham mais 300 euros por mês do que eles e, ao fim de 20 anos, estarão a ganhar mais mil euros. São "mão-de-obra barata" que não conta para as estatísticas do funcionalismo público no arquipélago.

João Paz

O Governo dos Açores contratou cerca de 500 funcionários através das Instituições Particulares de Solidariedade Social para trabalharem no Instituto de Acção Social, predominantemente no acompanhamento da aplicação do Rendimento de inserção Social (antigo Rendimento Mínimo Garantido) criando-se uma injustiça salarial denunciada pelo SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.

Na realidade, grande parte dos técnicos superiores das IPSS assina contratos de trabalho na instituição e acabam por não trabalhar lá, "mas sim no Instituto de Acção Social, acompanhando o Subsídio Social de Reinserção", explica Orlando Esteves, dirigente do SINTAP.

Explica que esta "foi uma forma que o governo encontrou de arranjar mão-de-obra mais barata. Admitem os trabalhadores nas IPSS que, depois, vão trabalhar no edifício do Instituto de Acção Social e nas suas delegações em cada uma das ilhas. Muitos deles nem sequer passam pela instituição onde são contratados", especificou.

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública levou esta situação a uma reunião recente com a secretária regional da Habitação, Trabalho e Solidariedade Social, Ana Paula Marques, que – segundo a estrutura sindical – mostrou abertura para analisar, discutir e "procurar uma solução".

## "Repor a justiça"

Orlando Esteves não tem dúvidas de que o governo açoriano tem de, rapidamente, "repor a justiça" nas IPSS. Como adianta, a estrutura sindical "não abdica, não abre mão" da luta pela equiparação salarial dos cerca de 500 técnicos superiores (cerca de 300 em São Miguel) até porque "há uma injustiça muito grande para com esta classe".

Nas palavras do dirigente sindical, o meio milhar de técnicos "sente-se enganado. Todos eles estão desmotivados porque trabalham, diariamente, com o colega da administração pública que ganha quase o dobro do que ele ganha e fazem precisamente a mesma coisa".

"Há aqui uma injustiça muito grande", voltou a sublinhar Orlando Esteves antes



SINTAP (Esteves à direita) empenhado em repor a justiça nas IPSS

de preoconizar uma solução igual à que foi adoptada para os educadores de infância das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

"Estamos cientes de que a equiparação salarial não se pode fazer de um momento para o outro. Tal como aconteceu com os educadores de infância, ela pode-se fazer em dois a três anos", afirmou.

A situação tal como está "é que não pode continuar e fomos manifestar o nosso desagrado à senhora secretária por esta irregularidade. Uma instituição privada contrata um trabalhador que nem sequer está lá, vai é para um trabalho na administração pública. Isto é ilegal", disse.

O que acontece é que, assinando o contrato com a IPSS, o técnico superior fica sujeito à tabela salarial da instituição que, nos primeiros três anos, é 300 euros inferior à da administração pública. Contudo, são colocados, "de imediato, ao serviço do Instituto de Acção Social. Cumprem o horário e recebem ordens da estrutura do Instituto que se rege pelo contrato de trabalho da administração pública.

Ao quarto ano a diferença salarial sobe para 400 euros e, assim, sucessivamente. De tal forma que um técnico superior com 20 anos de carreira na função pública ganha mil euros a mais do que o técnico superior que progrediu a seu lado mas com

cretária da Habitação, Trabalho e Solidariedade Social, está sensível a esta "injustiça" e irá empenhar-se junto do governo na sua regularização.

## "Prioridade absoluta"

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública pretende também que o governo açoriano dê "prioridade absoluta" à transferência das verbas para as Instituições Particulares de Solidariedade Social destinadas a assegurar o pagamento de promoções e diuturnidades em atraso.

Orlando Esteves explica que o Instituto de Acção Social deixou de actualizar, há quase dois anos, os protocolos que tem com as Instituições Particulares de Solidariedade Social em situações que decorrem da lei como as promoções e diuturnidades.

São promoções e diuturnidades automáticas. De cinco em cinco anos vence uma diuturnidade. E uma promoção é também automática ao fim de três ou cinco anos. O Instituto de Acção Social rectificava os acordos que tinha com as instituições para abranger estas situações e, deixou de fazê-lo de um momento para o outro sem qualquer explicação, refere Orlando Esteves.

O que sucede é que as Instituições Particulares de Solidariedade Social que têm fundo de manuseio podem adiantar e pagar as promoções e diuturnidades do trabalhador. Já as outras IPSS que não têm outra fonte de rendimento, que não seja o duodécimo mensal do Instituto de Acção Social, não têm dinheiro para pagar a nova diuturnidade e promoção ao trabalhador. "E aí entrámos numa bola de neve. Não paga num mês, não paga em dois e isso está a tornar-se gigantesco a nível Açores", sublinha Esteves.

Além disso, o sindicalista mostrou-se convencido de que, "num espírito aberto e de diálogo" com o governo açoriano, o SINTAP "vai tentar melhorar o contrato colectivo de trabalho das IPSS".

Refere, a propósito, que há matérias que "estão um pouco desactualizadas e o que pretendemos é tentar dar uma nova vida ao Contrato Colectivo de Trabalho, mas passando pela equiparação dos técnicos superiores que é uma matéria muito importante para nós", concluiu.

**"São colocados, de imediato, ao serviço do Instituto de Acção Social. Cumprem o horário e recebem ordens da estrutura do Instituto que se rege pelo contrato de trabalho da administração pública e são das IPSS"**

contrato com a IPSS.

Nestes termos, além de o governo açoriano ter ao seu serviço funcionários que não estão contabilizados como efectivos da administração pública, consegue mão-de-obra mais barata através dos contratos destes trabalhadores pelas IPSS. Funcionários que vão trabalhar em programas governamentais e estão no terreno ao lado de técnicos superiores como eles que se regem pela legislação da função pública, com regalias e salários muito superiores.

Orlando Esteves considera como um "precedente" a equiparação dos educadores de infância dos IPSS aos da função pública, o que aconteceu após "uma luta sindical persistente".

O sindicalista acredita que a nível se-